

## guerras, deuses, educação, liberdade sob olhares anárquicos

rogério h. z. nascimento\*

Os textos ora apresentados (pp. 112-135) são de uma atualidade impressionante: guerras, religiões, escola, socialismo, democracia e liberdade são alguns dos assuntos deste nosso início de século e que, como paradigma da sociedade hierarquizada, encontramos discutidos em diversos periódicos operários nas primeiras décadas do século passado. Escritos em tempos de preparação dos governos centrais para a primeira guerra mundial, os artigos de Florentino de Carvalho, pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, Francisco Viotti, Éfren Lima, João Penteado e Adelino de Pinho, todos trabalhadores da passagem do século XIX para o XX, refletem não apenas esforços particulares de colaborar no estabelecimento de ações diretas por parte, sobretudo, dos proletários contra a carnificina preparada por governantes e patronato. Houve de fato uma significativa mobilização

\* Professor na Universidade Federal de Campina Grande, pesquisador no NuSol e autor do livro *Florentino de Carvalho, Pensamento Social de um Anarquista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2000, 206 pp.

em todo o mundo através de manifestações e outros meios, como boicote e sabotagem, contra a eminência de um confronto geral. Estas manifestações culminaram com a organização, por parte do movimento internacional dos trabalhadores, do Congresso Internacional da Paz no ano de 1915. Este congresso foi planejado para se realizar em Ferrol na Espanha, mas, por conta da pressão de Estados europeus contra o Estado espanhol no sentido deste não permitir a sua realização, este findou sendo transferido para o Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil.

Neste contexto a imprensa proletária exerceu um papel fundamental na organização das mobilizações antiguerreiras junto aos segmentos marginalizados da sociedade brasileira. A *Vida*<sup>1</sup>, revista de expressão anarquista apesar de ter tido vida breve, colaborou sobremaneira nesta direção, tendo deixado marcas profundas na história da imprensa operária brasileira deste período. Para ela convergiram contribuições de diversas regiões do Brasil, como podemos ver nos nomes selecionados para esta publicação: Éfren Lima de Recife, Florentino de Carvalho, Adelino de Pinho e João Penteadado de São Paulo e Francisco Viotti, compunham o grupo de redatores da revista, no Rio de Janeiro, então capital federal. As colunas da revista registram nomes de outras regiões. Mesmo assim, seu fim deveu principalmente a dificuldades financeiras, por não receber, no geral, os proventos relativos às cotas dos assinantes. Através de suas colunas, a questão social, sob seus variados aspectos, era analisada pelos colaboradores. Desta maneira, nela encontramos expressas, além de discussões sobre educação, guerra, filosofia, outras como poesias, orientação teórica e uma das primeiras preocupações em desenvolver pesquisa sobre o que se tinha publicado até então no Brasil acerca da questão

social. Esta seção chama-se “Bibliografia Brasileira sobre a Questão Social”. Interessante é observar no conjunto dos artigos selecionados, grosso modo, duas vertentes dentro do movimento proletário. Se os artigos de Florentino de Carvalho, Francisco Viotti e Adelino de Pinho apontam para análises elaboradas em contraposição aos postulados absolutistas, em Éfren Lima e João Penteado encontramos proveniências de transcendências. De fato, o movimento anarquista compunha distintas procedências e abordagens da questão social, fato este que os artigos aqui apresentados espelham com propriedade. Este elemento aponta para limites e méritos deste movimento como dos autores destes artigos.

A insistência dos autores, sobretudo Florentino de Carvalho<sup>2</sup>, Francisco Viotti e Adelino de Pinho, em tratar do que nomeiam de “moral” relaciona-se com os predicados da sociabilidade humana e não com um sentido absolutista, universalizante de cunho místico-religioso. Neste sentido estes autores não operam com critérios diferenciadores para a idéia de “moral” e “ética”. Estes dois conceitos são passíveis de significação opostas dependendo do autor. Para uns “ética” diz respeito a projeto universalizante quanto ao comportamento social, enquanto moral tem relação com a variedade de comportamentos na espécie humana. Para outros o entendimento destas duas palavras deve se dar em sentido oposto: ética sendo entendida como variável e moral como geral, universal. Como disse anteriormente, dos cinco autores, os três destacados operam desconsiderando todo absoluto, emprestando às palavras “moral” e “ética” o mesmo significado, e ao mesmo tempo opostas ao absoluto.

Chamo a atenção para o fato de que os artigos aqui expostos abordam o tema da liberdade não como con-

cessão ou dádiva de deuses, quer espirituais, quer temporais, mas como consequência das ações diretas de segmentos marginalizados. As liberdades sociais são frutos de ações iconoclastas de individualidades e coletividades. As configurações sociais são frutos diretos da natureza das individualidades existentes nos agrupamentos humanos. Tanto o estabelecimento de formas sociais libertárias como de autoritárias pode ser devidamente explicado através do tipo de sociabilidade cultivado pelos integrantes dos agregados sociais. Os autores dos artigos abordam este assunto de forma a evidenciar, nas suas críticas à sociedade do domínio e da exploração, aspectos e nuances diferentes na situação dos trabalhadores e de todos numa sociedade hierarquizada. Éfren Lima, Adelino de Pinho e João Penteado tratam especificamente do papel social da escola no estabelecimento da sociabilidade humana, seu uso pelos Estados no sentido de perpetuar o *status quo* e na primeira conflagração mundial. Os dois últimos fundaram e dirigiram a Escola Moderna nº 1 e nº 2 em São Paulo. Florentino de Carvalho também era professor, tendo fundado em 1915, no bairro operário do Brás, a Escola Nova, cujo fechamento se deu pelo governo do Estado de São Paulo no ano de 1917 por conta de seu envolvimento com a greve geral<sup>3</sup>, que paralisou todo o estado naquele ano. Dirigiu também a Escola Moderna nº 1 durante um período no ano de 1917 quando seu diretor encontrava-se enfermo.

Há que se observar diferenças e aproximações em seus textos. Se, por um lado, encontram-se, por exemplo, na crítica às instituições vigentes por instituírem a idéia do normal, de códigos rígidos de conduta, afastam-se em outros aspectos. Os artigos de Éfren Lima e João Penteado paradoxalmente atualizam o próprio objeto de crítica ao operarem com maniqueísmos e

referenciais absolutos. Adelino de Pinho, Francisco Viotti e Florentino de Carvalho se distanciam deles, desenvolvendo reflexões desprovidas destes referenciais. Francisco Viotti desnuda o efeito do positivismo na instauração de sociabilidades. Esta crítica ao positivismo, que é a base filosófica da então recém fundada república brasileira, foi elaborada nos idos de 1914 é bom ressaltar, pois este é um período em que havia muita euforia entre a intelectualidade mundial quanto a esta nova república. Para Viotti, a doutrina social, política e religiosa de Augusto Comte constitui num revigoramento da desigualdade social, portanto, na manutenção da violência e das hostilidades entre os povos. A distinção defendida pelo positivismo entre altruísmo e egoísmo se mostra infecunda e desnecessária, uma vez encontrada como causa inicial das ações humanas o prazer individual, ou o esforço em evitar um desprazer maior. Este texto de Viotti sugere procedências stirneanas, tamanha é a defesa do autor quanto à relevância do egoísmo no estabelecimento da sociabilidade humana.

Todos os artigos aqui presentes manifestam ponderações, advertências, críticas e informações sobre a situação da eminente primeira guerra mundial. Particularmente quanto a seus efeitos sobre os trabalhadores no mundo e no Brasil. Incluem-se nos debates da época, registrado pela escrita de Florentino de Carvalho, a adesão, por parte de militantes anarquistas de reconhecida projeção no cenário internacional, dentre estes Kropotkin e Jean Grave, aos empreendimentos guerreiros através de apoio aos aliados. Este apontamento marca sua crítica quanto à adoção de certas estratégias, aceitas por frações expressivas do movimento operário e anarquista internacional, que frutificaram num desserviço aos esforços em situar referenciais libertários, igualitários e de fraternidade entre os povos. Tais táti-

cas findaram por reforçar intuítos belicistas dos impérios do momento. Como advertiu Florentino em outros escritos, o resultado deste primeiro confronto bélico entre as nações resultou no estabelecimento de tiranias genocidas, de abusos sem medidas e de despotismos mundo afora.

Entre outras relevâncias dos autores dos artigos, o maior me parece ser o de apontarem para o processo de instauração de um certo tipo de sociabilidade, fundada no misticismo, propagador não apenas de pensamentos, mas também de sentimentos autoritários como causa explicativa primordial para um bom entendimento do quadro belicista a se desenhar. Através de estilos de escrita particulares e maneira diferenciada de elaboração argumentativa, apontam para o fato da gestação de desastres sociais como um dos efeitos de maciço investimento social na constituição de individualidades místicas, obedientes, disciplinadas. Evidenciam a relação direta entre noções absolutistas da vida com o estabelecimento e desenvolvimento de sociabilidades autoritárias. A configuração de uma cosmovisão fundamentada em referenciais absolutistas, tidos na conta de paradigmas centrais ou fundamentais para a efetivação dos fenômenos sociais humanos, ou mesmo a crença na existência de um ser superior na natureza ou fora da natureza, se desdobra no estabelecimento de superiores e outras centralidades na totalidade da vida social humana. A escola orientada pelos postulados nacionalistas, militarista e religiosos, exerce um papel fundamental na constituição deste tipo de individualidades, matéria-prima para o estabelecimento de atitudes belicosas entre os povos.

Um outro eixo nesta constatação diz respeito à naturalização de relações sociais baseadas no mando e na obediência. Aqui vemos delineadas as críticas incisivas

às instituições da sociedade moderna, com destaque à escola. Nesta se processa um ensino disseminador de individualidades servis entre os trabalhadores e a população em geral, enquanto nos filhos dos estratos dominantes se inocula a idéia do mando. A *vontade de servir* cultivada nos trabalhadores, ao lado de uma espécie de cauterização na percepção através de um processo calculado de constante e contínuo enrijecimento dos sentimentos, disseminado nos estratos dominantes, são os resultados, entre outros fatores, da educação oficial. Estes dois aspectos antagônicos e complementares constituem na concepção de educação e de ser humano, defendida e estabelecida pelo positivismo, esta que foi a escola filosófica inspiradora dos republicanos brasileiros em suas lutas contra a monarquia. Tanto é assim que o mais expressivo axioma positivista, forjado por Augusto Comte — *ordem e progresso* —, encontrou na bandeira nacional da república brasileira seu refúgio mais seguro.

A propósito do positivismo, Francisco Viotti expõe reflexões sobre esta corrente do pensamento social. Uma nota escrita no primeiro número da revista *A Vida*, sobre uma greve por conta do atraso de quinze meses no pagamento do salário, provocou o vice-presidente do Apostolado Positivista do Brasil, o Sr. Teixeira Mendes, por conta da referência ao proprietário da fábrica mencionando o fato de ser integrante da Igreja Positivista. Por causa disto, se estabeleceu um debate entre positivistas e anarquistas, expondo o pensamento anarquista em face do positivismo. A crítica ao positivismo e à república nascente teve na pena de Florentino de Carvalho uma das mais acuradas e penetrantes expressões. Em artigos e livros demonstra a obsolescência dos governos centrais em todas as suas formas. Este arcaísmo se aplicava também à nova república saudada por

governos do mundo como a mais moderna por ter a constituição mais avançada e liberal. Estas assertivas serviram como argumentos, por ele utilizados em outros momentos, para demonstrar a futilidade da luta, defendida pelos socialistas democratas, por melhoramentos da legislação e na elaboração e aperfeiçoamento das chamadas *leis sociais*. Críticas estas extensivas aos partidários da ditadura proletária.

O dilema da escolha entre ditadura ou democracia colocado em alguns períodos para o movimento anarquista internacional e que envolveram militantes da altura de um Errico Malatesta, consiste num grande equívoco. Isto porque, afirmava Florentino de Carvalho em outros momentos, acontecia mesmo de existir mais liberdade de fato em alguns países monarquistas, católicos e conservadores do que na festejada república brasileira. Na seqüência destas reflexões denunciava a intensidade da violência e da repressão aos mais comezinhos princípios de liberdade perpetrados pelas autoridades republicanas de maneira a proibir brutalmente — em nome da fé, da família e dos bons costumes — a simples expressão de pensamento, destruindo “democraticamente” ou não — e em benefício da sacra propriedade privada — associações operárias, empastelando “constitucionalmente” ou não — e em defesa da moral e dos “bons cidadãos” — gráficas de trabalhadores, invadindo rotineiramente — a bem da saúde pública e da preservação da “civilização” — seus lares a qualquer hora do dia ou da noite a fim de espancar, torturar, deportar ou assassinar homens, mulheres e crianças.

Além destas e outras críticas, encontramos em seu pensamento de uma forma ampla, e no artigo aqui presente em particular, expressa a crítica aos postulados de Cesare Lombroso. Lombroso forjou um pensamento

social centrado na idéia de crime como fenômeno determinado por imperativos congênitos. Para se conhecer as causas dos crimes, haver-se-ia que recorrer a um procedimento de medição anatômica a fim de se conhecer o tipo criminoso e o tratamento adequado a ser aplicado pelas autoridades. Estes procedimentos foram largamente utilizados quando da captura de cangaceiros no nordeste do Brasil. Entretanto os anarquistas constituíam o exemplo por excelência do “criminoso nato”, aparecendo a Lombroso como os tipos mais imorais, violentos e propensos ao crime. A imagem do anarquista como monstro, foi largamente difundida neste período.

Podemos afirmar a respeito das reflexões dos militantes anarquistas aqui apresentados, uma atuação direcionada no sentido de modificar a maneira de pensar e de sentir das pessoas através, não do doutrinamento político nem ao menos pela imposição da ciência, mas da exposição de análises e reflexões nas manifestações, nos demais periódicos e livros da imprensa operária, por intermédio de outros meios e pela ação direta. A impossibilidade de se sensibilizar com o quadro social aterrador era fruto de uma certa configuração social que envidava energias na formação de individualidades inertes, entorpecidas e alheias às violências a atingir crianças, mulheres, adultos e sexagenários das camadas marginalizadas. Na medida em que as pessoas se sensibilizem com os acontecimentos sociais ao redor e, ao mesmo tempo, possuam nítidos *pensamentos livres*, em conjunto com uma *vontade livre*, deflagrariam ações diretas libertárias.

Estes são pensamentos vertiginosos, descentralizadores, instaurando liberdade com os riscos que ela comporta como cadência nas vidas; promovendo desconcertos em vidas acostumadas aos centralismos. Estas

existências, gangrenadas através de séculos de domínio e escravidão, possuem corações vergados ao absoluto. Existências nostálgicas, sofridas, melancólicas, fazem suas trajetórias esmagadas por pesada cruz, mas insistindo em segurá-las. Caminham, por *vontade* própria, através de veredas sofríveis, íngremes, pedregosas, espinhentas, acreditando ser este seu destino, dever e missão. Imolar constantemente a própria carne e desejos, cultivando sofrimento e dor — com aparência de alegria — como modo de vida interior. Policiamento, ressentimento e vingança contra diferentes, contra os que escaparam de uma aridez na vida como a que experimenta nos seus corações, coloca-se como regra de vida exterior, semeando intolerâncias que se transformam em culturas na chamada civilização ocidental, nascendo assim fascismos de variados graus e formas. Estes espíritos se tornam adormecidos, enfraquecidos, acomodados, adaptados a um inferno em vida na esperança de recompensa no além-túmulo.

“Qual o sentido da vida?” perguntam eles — delineando no tom deste questionamento dor, mágoa, vazio interior, ausência de sensibilidade e menosprezo às belezas e mazelas da existência; a resposta desenha nostalgia a um lugar ansiado, pessimismo quanto à real existência e recusa do mundo em que vivem — apontando para a divindade e um além como solução aos dissabores. Não consideram ser esta vida a única garantida. Segundo um amigo, a resposta mais adequada à questão proposta — e que tem minha total aprovação — deveria ser: “O sentido da vida é dar vida aos sentidos!”

## **O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos**

*A Vida* — Ano I — N° 01

Rio de Janeiro — RJ — 30.11.1914

Primitivo Soares

O hodierno fenômeno de perturbação social, de desequilíbrio econômico e suspensão da razão humana, presta-se maravilhosamente ao estudo das causas que o determinam.

O indescritível e compungente espetáculo de destruição pavorosa da vida humana não deve fazer-nos chorar como crianças. As lamentações, as lágrimas, nada remediam por si mesmas, nada resolvem ou produzem, a não ser a exaltação religiosa com as suas peculiares nostalgias e alucinações. Conhecendo-se a origem e o desenvolvimento dos sentimentos e das idéias, a marcha das sociedades, baseadas nas mais irritantes desigualdades, nem outra coisa se podia esperar.

O sentimentalismo religioso fruto da organização fisiológica rudimentária, consequência da debilidade física e intelectual, visa incutir na mente dos homens a crença de que existe dentro ou fora da Natureza alguma coisa superior a ele, um ser supremo, uma inteligência universal, e determinar sua conduta sob uma forma negativa.

Os seres superiores, divinos, governam o homem e têm o privilégio de fazer dele um verdadeiro joguete, conferindo-lhe caprichosamente direitos e impondo-lhe despoticamente deveres e castigos.

A razão de ser do prêmio e do castigo afirma-se na existência do livre arbítrio e da responsabilidade.

As condições econômicas ou sociais são determinadas pelos deuses os quais realizam uma distribuição

*eqüitativa* segundo o mérito, dando a uns o supérfluo da riqueza a outros o supérfluo da miséria, para que estes trabalhem ao serviço dos que nadam na abundância. Se o indivíduo possui grandes propriedades e posições sociais privilegiadas é porque Deus lhe fez delas presente, pela linda cara que o torna simpático ao Padre Eterno. Este é o princípio em que se assentam as monarquias de direito divino, absoluto.

Se o indivíduo se encontra numa situação premente é porque é mau e não merece a graça divina. Daí provém o qualificativo de vilãos, que sempre se aplicou aos escravos, aos plebeus. Quando um indivíduo ou uma coletividade é vítima de alguma desgraça, esta representa o castigo pelas faltas cometidas. Nisto estão de perfeito acordo todas as doutrinas e filosofias religiosas, metafísicas, inclusive o cristianismo, o espiritismo e o espiritualismo.

Estas duas últimas doutrinas afirmam com toda a retumbância que os homens que padecem enfermidades, privações e castigos é porque cometeram faltas graves que agora estão expiando, e, portanto, é muito justo é muito bem feito.

Não somente a inferioridade de condições significa a maldade do indivíduo: os defeitos físicos ou a pouca beleza dos que chegam ao completo ou exagerado desenvolvimento muscular são considerados como criminosos pelos deistas.

Homem feio, homem mau.

O indivíduo bom deve ser necessariamente formoso, pois que a formosura é a graça de Deus. A sua catadura é causa suficiente para se aplicar ao homem feio as mais severas penas.

A escola positivista italiana, com Lombroso e Ferri à vanguarda, afirma a existência do criminoso nato. O indivíduo herda de seus pais a degeneração física, os seus vícios e a tendência para o crime, se os pais foram degenerados, viciosos e delinqüentes.

Certa conformação craniana, pronúncia dos pômulos, mandíbulas proeminentes, rosto, em fim, pouco simpático são indícios de delinqüência.

Na teimosia de sustentar estas afirmações chega-se a criar uma teoria especiosa, segundo a qual os criminosos, os homens feios não são descendentes de Adão nem do macaco, são descendentes de animais ferozes e felinos.

Para que os anarquistas aparecessem ante o vulgo como criminosos foram descritos com fisionomia espantosa e aspecto furibundo.

Esta doutrina está em concordância com as anteriores. Como elas, estabelece que o homem bom, sociável, deve ser por excelência belo. E como a beleza se adquire pelo repouso e pelo bem estar que dependem de condições econômicas favoráveis, as quais burilam a carinha dos proprietários, enquanto a miséria, o excesso de trabalho, deformam o organismo dos trabalhadores, chegamos à conclusão de que os ricos são bons, transpiram amor por todos os povos ao passo que os proletários são perversos e ferozes, delinqüentes natos, contra os quais é necessário precaver-se, contendo com os sistemas jurídicos de coação e punição, com as instituições armadas, que mantêm a ordem social, com a força bruta, as suas transgressões.

A anatomia e a antropologia vêm felizmente destruir a sabedoria dos deuses e dos deístas e pôr em quarentena a escola lombrosiana. Estas ciências ensinam que os indivíduos normais, são os que apresentam mais

pronunciados os caracteres nos quais os inspirados pelas divindades e os criminalistas do positivismo italiano descobrem os delinquentes.

Cristo, que no dizer dos seus sectários, tirou o primeiro prêmio no universal concurso de beleza, é por essa mesma beleza, mantida pela falta de desenvolvimento físico — como são os jovens e as crianças, que Spencer qualifica de selvagens — apresentado como indivíduo anormal, patológico, pelo célebre autor da grande obra *A Loucura de Jesus* (sic). As formas afeminadas dos sibaritas e dos eunucos fornecem sobejas provas da anormalidade e degeneração dos indivíduos que se destacam pela sua formosura.

O excesso de opulência impede à quietude, e desde que a falta de exercício atrofia os órgãos segue-se que os ricos devem ser formosos e anormais.

Mas estas demonstrações não querem dizer que o excesso de miséria faça dos mais famintos e mais feios os tipos mais normais e melhores; quer dizer que o excesso de riqueza e o excesso de miséria são igualmente prejudiciais.

A classe média teve necessidade de opor vitoriosamente às arcaicas e místicas concepções do universo e da vida, concepções mais racionais baseadas na ciência experimental, e uma nova moral mais humana, a fim de triunfar na sua luta contra a autocracia. Desta necessidade surgiu o *positivismo*.

Esta doutrina impôs-se com facilidade porque os povos simples desconfiam das abstrações e preferem adorar o que é visível, palpável, o que mais fere os seus sentidos.

Chegada ao poder, a burguesia deixou de atacar as antigas doutrinas religiosas e começou a servir-se delas para consolidar o seu domínio.

Com o triunfo ruidoso do positivismo desapareceu a idéia de sacrifício em holocausto dos deuses, formando-se a *religião da humanidade*.

A religião da humanidade significa a união dos seres humanos ou, em outros termos a Sociedade, tendo o indivíduo o dever de servi-la, sacrificando-lhe todos os seus direitos, sem escatimar a própria vida.

A este princípio vinham ligados outros: o das raças e das nacionalidades. Então o sentimento patriótico, feito idéia, e esta confundida com aqueles princípios deu à luz ao catecismo cívico ou a religião de Estado.

A filosofia materialista, que parecia finalmente assentar as bases de uma doutrina iconoclasta foi também transformada em sofisma pelos demagogos conservadores, sob os extravios de um individualismo feroz e irredento, justificando o triunfo brutal do mais forte.

O mesmo fizeram com o determinismo, pretendendo dar à Sociedade o direito de suprimir o indivíduo inadaptável e eximi-la da responsabilidade que lhe cabe no grande mal que causa a todos os povos.

A brutal lei de seleção descrita por Darwin serviu para que desta lei se forjassem doutrinas de morte, que pretendem dar à guerra um caráter natural, e defini-la como uma necessidade à supervivência e reprodução dos mais fortes e a supremacia de uns sobre outros, para a possibilidade do progresso.

Assim se escreve a história da brutalidade humana, do despotismo e da escravidão milenar que ainda nos atinge.

Jesus crucificado voluntariamente para salvar o gênero humano, dá o maior exemplo de servidão voluntária, de altruísmo, ensinando o povo a sacrificar-se pelos tiranos.

O positivismo segue as mesmas pegadas, resumindo a sua doutrina na servidão, elevando à categoria divina a razão de Estado, que suprime o indivíduo. O que havia sem dúvida, de mais doloroso, no regime antigo da escravidão e da servidão para as almas belas — dizia Augusto Comte era não poder entregar-se livremente ao serviço da coletividade.

Os demagogos de todas estas filosofias metafísicas, positivistas ou pseudomaterialistas de caráter negativo da personalidade humana, calcadas no mais exagerado altruísmo fizeram delas as religiões populares, desenvolvendo entre humildes um sentimentalismo cego, hostil a todos os princípios de justiça, a fim de aferrá-los à escravidão e obrigá-los a fazerem em benefício exclusivo dos senhores, os maiores sacrifícios.

Ao mesmo tempo, o ceticismo mais refinado foi cultivado entre nobres e os burgueses, até se extinguir neles todo sentimento e presenciarem com a maior indiferença ou alegria — como nos circos romanos — as mais desgarradoras cenas.

O egoísmo mais absoluto constituiu sempre a religião dos ricos.

*O Príncipe*, de Maquiavel, foi a eterna cartilha da nobreza e da burguesia.

Conquistar os maiores privilégios e gozar todos os excessos do luxo e do vício, numa interminável bacanal, sacrificando a vida do próximo, cometendo toda sorte de crimes e de infâmias tal foi o postulado dos poderosos.

sos, que ainda hoje impera com o nome de *Direito Romano*.

O ceticismo e o egoísmo originavam a mística doutrina do super-homem, pregada sob a doentia inspiração de *Zaratustra*, intensificando a crueldade das classes dirigentes.

A teoria evolucionista e anti-revolucionária de Spencer, o materialismo histórico e a catastrófica doutrina de Marx, que sem o concurso das idéias da revolução intelectual pretendiam realizar uma relativa transformação econômica, criaram os fundamentos do reformismo que serve de pedestal à *Social Democracia* e deram vida a um incomparável dogma de altruísmo de adaptação e de obediência, que nada deixa a desejar.

Paralisaram a inteligência das classes trabalhadoras, penetrando no seio dos sindicatos operários, difundindo o negativo princípio de neutralidade, e a suficiência da luta puramente econômica e legal, alheia a qualquer idealidade, descambando para o mais abjeto cooperativismo conservador e reacionário.

As conseqüências destas idéias e sentimentos religiosos, destas doutrinas, teorias e dogmas do ultra-egoísmo, linha de combate das classes dirigentes e do mais exagerado altruísmo, linha de conduta das classes populares, tocam-se hoje, demonstrando-nos a facilidade com que a burguesia soube lançar os povos na pavorosa conflagração atual e a incapacidade dos trabalhadores para evitar ou quando menos, perturbar o formidável choque.

Estas conseqüências são uma soberana lição a qual confirma que todos estes postulados serviram para protelar indefinidamente a emancipação dos trabalhadores.

A análise destes fenômenos resume-se na seguinte verdade: que todas as filosofias, doutrinas ou dogmas que não tenham por princípio a mediata revolução intelectual dos povos, e o aceleração da revolução econômica e social, no sentido da mais perfeita igualdade e da mais estrita justiça, carecem de valor e não merecem a menor atenção, salvo se for a fim de conhecê-las para melhor destruí-las.

### **Positivismo e anarquismo**

*A Vida*. Ano I — N° 05.

Rio de Janeiro — RJ — 31.03.1915.

Francisco Viotti (não assinado).

Conforme fora combinado entre nós e o Sr. Teixeira Mendes, juntamos ao presente número de *A VIDA* o opúsculo que aquele Sr. (sic) ficara de escrever em refutação às considerações que opusemos à sua carta de 6 de dezembro do ano passado, e que publicamos na nossa edição de 31 daquele mesmo mês.

Como o público vê, o opúsculo do eminente apóstolo do positivismo contém 56 páginas maciças, com largas citações de trechos das obras de Augusto Comte e um longo desenvolvimento que lhes deu o Sr. Mendes.

Gastou o Sr. Mendes 3 meses em escrever e organizar a sua resposta e claro é que não seria em dois ou três dias que lhe poderiam oferecer uma réplica detalhada e cabal. Tampouco a estreiteza do espaço de que podemos dispor numa revista nos moldes de *A VIDA* nos permitiria fazê-lo a nosso contento.

Limitar-nos-emos, portanto, a algumas sumárias considerações, pois, como o Sr. Mendes, nós também estamos convencidos de que só a leitura meditada das

obras dos escritores anarquistas será capaz de levar a persuasão e a convicção aos espíritos, libertando-os das ficções e quimeras convencionais que tanto entravam o pensamento humano.

Repetimos: o comunismo anárquico só tomou a consistência de doutrina filosófica após a morte de Augusto Comte.

Este genial filósofo jogou na construção de seu sistema político com os elementos de que podia dispor até aquela época. Daí o referir-se só ao “comunismo” autoritário e o empregar a palavra “anarquia” como sinônimo de desordem.

É o que notará quem ler os trechos transcritos pelo Sr. Mendes em seu opúsculo.

O que, entretanto, é de lamentar é que os discípulos de Augusto Comte se limitem à leitura das obras do grande filósofo, conservando-se completamente estranhos a tudo quanto se produziu depois dele.

Dotado de um orgulho desmedido, o grande filósofo do Montpellier, não admitiu que houvesse alguém capaz de modificar a sua obra. Estava convencido de que dissera a última palavra. Ninguém como ele desvendara com mais clareza o passado e previra com mais segurança o futuro.

Em religião, em ciência e em política, nada mais havia a fazer; ele fizera tudo.

“Je ne puis reconnaître pour mes sevais disciples que ceux qui, renonçant à fondereux nêmes une synthèse, regardent celle que j’a construite comme essentiellement suffisant et radicalement preferable á toute autre. Leur devoir est alors de la propager et de l’appliquer, sans pretendre la critiquer ou mêm la perfectionner” (sic), escreveu A. Comte.

É natural, portanto, que o Sr. Mendes, o mais sábio e o mais fiel dos seus discípulos, desconheça o “comunismo anárquico” e só se refira ao comunismo autoritário de que falou A. Comte, continuando a dar ao vocábulo “anarquia” a significação de desordem e confusão.

O Sr. Mendes insiste em separar o egoísmo do altruísmo e toda a sua argumentação é em torno a essa tese.

Na resposta que demos à sua carta de 6 de dezembro, dissemos que, “para nós anarquistas, egoísmo e altruísmo sempre andaram confundidos, mesmo porque aqueles pendores chamados altruístas no fundo nada mais são do que puro egoísmo”.

Entende o Sr. Mendes que são funções perfeitamente distintas e que o que cumpre é submeter o egoísmo ao altruísmo, visto como só dessa submissão poderá resultar a verdadeira moral. No seu entender, o egoísmo calcula, o altruísmo não.

Destarte, se um indivíduo pratica um ato de altruísmo, o faz espontaneamente e não calculando o prazer que tal ato lhe vai proporcionar.

Mas, não é preciso calcular esse prazer, pois que o indivíduo o sente no próprio momento da ação. É claro que quem salva outro de um perigo, com o risco da própria vida, não esteve a considerar no prazer que sentiria após o seu ato ou no sofrimento que lhe resultaria se não o praticasse. O que o Sr. Mendes, nem ninguém, poderá negar é que, se esse ato não lhe desse prazer, isto é, não satisfizesse umas tantas exigências do seu “eu” moral, ele o não praticaria.

“Esse senso moral não é mais do que o desenvolvimento dos instintos, dos hábitos de apoio mútuo, que existem em todas as sociedades animais, bem antes da aparição sobre a terra dos primeiros seres de aparência

humana”. E não é preciso um ser estranho e superior a nós, como é o Deus dos católicos ou a Humanidade dos positivistas, para trazer o homem constantemente ao caminho da moral.

A própria sociedade, o próprio instinto da sociabilidade, bastará para evitar as aberrações individuais, isto é, a prática de atos contrários à utilidade.

É preciso notar que essa noção de utilidade a tem os próprios animais inferiores, pois para eles como para o homem, só é útil ao indivíduo o que é também útil à espécie.

Ninguém negou os instintos chamados pelo positivismo altruístas ou sociais, o que dissemos é que essas funções altruístas e egoístas sempre andaram confundidas e que no fundo o altruísmo redundava em puro egoísmo, pois que “o homem age sempre ou para ter um prazer ou para evitar um sofrimento”. E como esse prazer e esse sofrimento quem os sente é o indivíduo segue-se que, afinal, é sempre a satisfação do “eu” que está em jogo.

Dirá o Sr. Mendes que todo o ato em benefício de outrem é altruísta e que todo aquele que visar o benefício de quem o pratica é egoísta.

Admitimos a distinção, mas o que afirmamos é que esses atos em benefício de outrem não seriam praticados se não causassem prazer a quem os pratica ou se não lhe evitassem um sofrimento. É, portanto, sempre a satisfação das exigências do nosso “eu” que nos leva ao bem ou ao mal, isto é, à prática de atos favoráveis ou contrários à “utilidade”.

Se um indivíduo mata a fome a outro pela satisfação de si mesmo tal prazer é egoísta, diz o Sr. Mendes, mas se o prazer for determinado pelo bem que outrem goza,

tal prazer, então, é altruísta. Para nós, tal prazer, seja por este ou aquele motivo, quem o sente é quem pratica o ato que o determina. No fundo é a satisfação do “eu”: é egoísmo portanto.

Toda a gente se horroriza com a atual guerra européia. Suponhamos que estivesse nas mãos de um indivíduo evitá-la e suponhamos que esse alguém a evitasse. De duas maneiras, entenderá o Sr. Teixeira Mendes, esse ato poderia ser classificado — como egoísta ou como altruísta. Se ele fosse levado a praticá-lo para conquistar os aplausos da sociedade e alto renome mundial, por orgulho, ou por vaidade, em suma, seria o seu ato egoísta; mas se ele só visasse o prazer em terminar o sofrimento alheio, seria então, altruísta. Pois, para nós, em um ou em outro caso, o prazer seria individual, pessoal, portanto egoísta no fundo.

Era em satisfação às exigências do seu “eu” que tal indivíduo teria agido.

O longo desenvolvimento dos instintos, e dos hábitos de apoio mútuo, terá conseguido aperfeiçoar o senso moral dos homens a ponto de se encarar hoje a guerra como uma coisa abominável, prejudicial à espécie humana e portanto também prejudicial ao próprio indivíduo. Daí o considerar-se uma aberração do senso moral a guerra. Quem a evitasse ou a terminasse pela simples satisfação de praticar o bem, não há dúvida, que teria o senso moral mais aperfeiçoado do que quem a evitasse pela vaidade ou pelo orgulho. Mas, num como noutro caso era a satisfação do seu “eu”.

Daí poder-se concluir que as exigências desse “eu” é que podem variar de indivíduo a indivíduo, conforme o grau do desenvolvimento moral.

Mas, o que nós contestamos é que haja necessidade de um ser estranho ao homem — o Deus dos católicos

ou a Humanidade dos positivistas — diante do qual precisemos nos prosternar a fim de aperfeiçoarmos o nosso senso moral.

Por isso nós, os anarquistas, combatemos os símbolos, as convenções artificiais e toda a sorte de quimeras, que só podem concorrer para a escravização do cérebro, impedindo-lhe o desenvolvimento e atrofiando-o.

Fazer o bem pela satisfação do próprio bem é praticar o altruísmo, segundo a moral positivista, mas é preciso saber o que é bem e o que é mal.

Pelas religiões antigas o bem é de origem divina; quem o determina no indivíduo é o anjo da guarda; o mal procede do demônio. Na luta entre as solicitações do demônio para o mal e as injunções do anjo da guarda para o bem, vive o homem. Se atende ao anjo da guarda pratica um ato moral, se atende, porém ao demônio atenta contra a moral.

O positivismo substitui o anjo da guarda e o demônio pelo altruísmo e egoísmo.

Se o indivíduo atende às solicitações do altruísmo pratica o bem, se atende ao egoísmo pratica o mal.

A moral anarquista dispensa os anjos do mal e do bem e tampouco se preocupa com altruísmo e com egoísmo.

Para o anarquista não foram os homens que fizeram a sociedade, porque esta existiu antes do aparecimento dos primeiros seres na terra com aparência humana.

A noção de bem e do mal quem a instituiu foi a própria sociedade pelos hábitos de solidariedade e apoio mútuo, hábitos cultivados em todas as sociedades animais. Na sociedade humana, como nas sociedades ani-

mais, é bem para o indivíduo o que é bem para a espécie, e assim também o mal.

No seu opúsculo, o eminente apóstolo positivista demonstra que não fez uma leitura meditada dos autores anarquistas, porquanto edita a crítica de Augusto Comte à filosofia metafísica, de que o anarquismo está completamente liberto.

A filosofia anarquista não interdiz à investigação do espírito nenhum ramo dos conhecimentos humanos. Cientificamente tudo pode e deve ser investigado. O anarquismo não impõe ciência a quem quer que seja, apenas demonstra a necessidade de só aceitarmos aquilo que estiver de acordo com a nossa razão. A fé científica preconizada tão largamente pelo positivismo, o anarquismo não aceita. Tudo quanto for susceptível de demonstração deve ser demonstrado. O contrário seria um odioso despotismo, como quer A. Comte, que não admite críticas à sua obra e interdiz aos seus discípulos a tentação de aperfeiçoá-la. Descreveu o presente, desvendou o passado e previu o futuro e julga ter dito a última palavra. Descreveu um período de transição com precisão matemática, e fixou um “estado normal” ou definitivo para a Humanidade. Não admitiu que o espírito humano se desviasse do caminho por ele traçado, de modo que vivem já os seus discípulos em sérias dificuldades para justificar a não realização das previsões do mestre.

O estado normal ou definitivo (como se pudesse haver um estado definitivo para a sociedade) que Augusto Comte descreveu é uma verdadeira utopia em face do anarquismo.

Enquanto o positivismo, conservando todas as desigualdades sociais, pretende transformar os homens em anjos, para que resulte dessa transformação o chama-

do “estado normal”, o anarquismo proclama que esta mesma sociedade se organizaria livremente para produzir e consumir desde que fossem abolidos os aparelhos de compressão existentes, aparelhos que o positivismo conserva e aperfeiçoa.

Pretender conservar uma grande massa de proletários a sustentar as classes parasitárias e prescrever a submissão dessa massa como base do aperfeiçoamento, devendo ainda se satisfazer com a bondade desses pretensos fortes, a quem, em compensação, devem votar veneração, é a utopia das utopias.

Será possível que essa grande massa proletária, que Augusto Comte chama a “providência material da sociedade” não tratasse de investigar a razão de ser considerada a classe dos fracos, enquanto os fortes seriam os ricos?

Mas, se o proletariado é a providência material da sociedade, não passando os ricos de meros exploradores do trabalho alheio porque seriam os proletários os fracos e os ricos os fortes?

Como subsistir uma ordem social baseada nessa iniqüidade, que Augusto Comte pretende justificar?

Então a massa proletária, espoliada no seu trabalho, se deverá satisfazer com a bondade que lhe dispensarão os chamados fortes, isto é, os exploradores do seu suor e ainda por cima votar-lhes veneração?

Mas não é tudo. O positivismo ainda proclama que a submissão é a base do aperfeiçoamento.

Nada menos verdadeiro que esta máxima. Ao contrário, pode-se garantir que não há um só aperfeiçoamento que não seja o produto de uma revolta.

Se não houvesse revoltados, não haveria progresso, pois que todos estariam submissos e, por conseqüência, contentes com a sua situação individual e com a situação da sociedade.

Não, a submissão não é a regra nem o poderá ser nunca.

Não se tivesse revoltado Galileu contra o que era aceito na sua época com relação à astronomia e até hoje não se teria descoberto que é a terra e não o sol que se move produzindo os dias e as noites.

A revolta supõe sempre um anseio de aperfeiçoamento e é pelo espírito de revolta que tudo se aperfeiçoa na sociedade humana.

Eis aí porque o anarquismo considera quimérica a solução que Augusto Comte dá ao problema social.

O genial filósofo funda a ordem social na concentração do poder político e da riqueza nas mesmas mãos. Não examina a origem dessa riqueza e tampouco os processo pelas quais ela se encontra nas mãos de alguns.

É uma verdadeira plutocracia que ele institui no seu chamado “estado normal”. Proletários, patrícios, banqueiros, sacerdotes etc... se equilibrando pela “submissão como base do aperfeiçoamento” e pela bondade dos fortes para com os fracos e a veneração destes para com aqueles. Entretanto, devem persistir todas as desigualdades decorrentes da desigualdade econômica, todos os motivos, portanto, para as lutas de interesses; daí o ter mantido Comte um código penal, a cadeia, a pena de morte, para os que ele chama os seres não convergentes ou insociais.

Nesse “estado normal” composto de anjos, havendo cadeia, haverá carrascos, havendo a vindita social com o nome de justiça, haverá juízes e tribunais, e,

cumulando todas estas infâmias, um poder temporal composto de banqueiros e uma polícia para conter os que se não quiserem submeter a essa “ordem”.

O anarquismo concebe diferentemente a sociedade futura.

Abolida a propriedade privada com a volta de todos os bens à comunhão, abolido o Estado com toda essa engrenagem que o constitui, os homens, por isso mesmo que são sociáveis e que devem o progresso até hoje ao apoio mútuo e não à luta pela vida, se organizarão livremente para produzir e consumir, produzindo na medida de suas forças e consumindo de acordo com as suas necessidades.

E como o homem é um produto determinado de causas várias, resulta imediata e conseqüentemente a irresponsabilidade pelas suas ações anti-sociais.

Como tudo será de todos; não haverá nem o roubo, nem essa série enorme de delitos enumerados nos atuais códigos penais.

Haverá, é certo, aberrações, mas para essa espécie de delinqüentes a ciência já achou remédio — são doentes que precisam de uma assistência especial e, sobretudo, fraternal.

Para o anarquismo também a sociedade não é um acervo qualquer. Bem sabemos que “ela se caracteriza pela divisão de ofícios e a convergência de esforços”, conforme proclamou Aristóteles. Mas não há duas naturezas humanas, uma destinada a ser escrava e outra a ser senhora, como também disse o mesmo filósofo e como implicitamente pretende o positivismo, mantendo essa hierarquia piramidal cuja base é a massa proletária e cujo vértice é representado pela união da riqueza com o poder.

O que o anarquismo proclama é a imprescindível necessidade do homem viver sem senhores quaisquer que eles sejam, a fim de não entravar a mais larga expansão de suas faculdades morais, intelectuais e práticas. A liberdade sem limites só pode prejudicar a uma sociedade baseada na violência organizada, como é a atual e como seria ainda se ela pudesse atingir a esse “estado normal” de que nos fala Comte.

O público que tiver lido o opúsculo do Sr. Mendes junto a este número de “*A VIDA*” verá que impossível nos é lhe dar uma resposta em um simples artigo, escrito às pressas, nos joelhos, pode-se mesmo dizer.

Não há dúvida que firmados os pontos cardeais da obra de Augusto Comte, dentro do círculo em que ele enfeixou as suas doutrinas, tudo o mais obedece a uma lógica admirável.

Examinem-se, porém, os alicerces dessa grandiosa construção e ver-se-ão as falhas, os erros capitais, de que decorrem as falazes e quiméricas esperanças do grande filósofo, que sonhou com uma sociedade de anjos, mas da qual não pode excluir os carcereiros, os polícias, os juizes e os carrascos.

Aceitando o princípio de Aristóteles que a sociedade se caracteriza pela divisão dos ofícios e a convergência dos esforços, Comte mantém a classificação entre esses mesmos ofícios por graus de nobreza e dignidade. Assim, o juiz que condena um indivíduo à pena de morte exerce uma função incomparavelmente mais nobre do que o carrasco incumbido de a executar.

E esse mesmo juiz, que age em defesa da sociedade, que age por altruísmo, no entender do Sr. Mendes, por que deve ser cercado de mais regalias, de mais privilégios do que o carrasco, cuja missão deveria ser também considerada eminentemente social ou altruísta?

Não, a divisão de ofícios existe de fato e deve existir para que a sociedade possa subsistir, mas o que o anarquismo quer é que esses ofícios sejam de livre escolha e não determinados por necessidades implacáveis criadas por essa mesma sociedade. Numa sociedade organizada pelo comunismo anárquico, em que a mulher não precisasse vender o seu corpo para matar a fome, não haveria prostituição; numa sociedade em que não houvesse famintos, também pouco poderia haver carcereiros, policias e carrascos.

O positivismo, entretanto, não se propõe a extinguir essas classes de miseráveis; ao contrário, mantendo a hierarquia dos ofícios por graus de nobreza e dignidade, precisa dessas classes, precisa desses ofícios degradantes e ignóbeis.

Para o anarquista, porém, tão ignóbil é a função do juiz como a do carrasco, por isso terão de desaparecer esses ofícios, numa sociedade anarquicamente organizada.

Não se diga que garantido o direito de todos à casa, à alimentação e ao vestuário, quer trabalhem, quer não trabalhem, a sociedade desaparecerá, porque ninguém querará trabalhar.

O anarquismo não é uma doutrina artificial, baseada em quimeras. O que se deve esperar é que em uma sociedade organizada sem hierarquia, sem senhores e sem escravos, todos trabalharão com mais gosto. O trabalho é uma necessidade orgânica. Parasitas só são possíveis numa sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, em que ninguém educa os filhos para o trabalho, porque é melhor ser explorador do que explorado. Numa sociedade baseada no comunismo anárquico será o contrário, cada qual poderá dar livre expansão às suas predileções e aptidões.

O parasita será uma exceção e não a regra. Mas essas exceções serão ainda muito menores que os parasitas da sociedade atual, ou mesmo desse “estado normal” de que nos fala A. Comte, funcionalismo público, civil e militar, banqueiros, juízes, sacerdotes, etc...

Não temos também a pretensão de converter a quem quer que seja ao anarquismo, apenas o que pretendemos é despertar a atenção do público para esses problemas sociais e levá-lo a meditar sobre eles.

Tampouco queremos entreter polêmica com o Sr. Mendes; o que, porém, não podíamos era deixar de dar as razões por que somos anarquistas e porque somos anarquistas revolucionários.

Não pretendemos a revolução porque sejamos sedentos de sangue, mas porque julgamos fatal, inevitável.

Entre evolução e revolução, como bem o demonstrou Elysée Reclus não há essa tão grande distância que se afigura aos positivistas. Quando uma idéia ganha um certo número de adeptos que se julgam fortes para a luta, eis que se lançam na revolução. É a lição da história. E que é, na maioria das vezes a evolução, senão uma série de freqüentes revoluções? E que são as revoluções senão conseqüências fatais da evolução?

Vamos terminar estas sumárias considerações, lamentando que as condições desta revista não nos permitam abordar a todos os pontos de que o Sr. Teixeira Mendes tratou no seu opúsculo.

Esperamos, entretanto, que estas apagadas reflexões induzam o eminente apóstolo do positivismo a meditar sobre as obras dos filósofos anarquistas e não se limite a *ler por mera curiosidade escritos esparsos cedidos por outrem.*

Além dos elementos que manejou Augusto Comte na elaboração de sua obra, outros muitos vieram, após a sua morte, enriquecer o tesouro científico da humanidade e não devem ser desprezados pelos homens da estatura do grande apóstolo do positivismo no Brasil, a quem temos enfrentado tão somente escudados na convicção em que estamos de que conosco está a verdade, a lógica, a verdadeira moral e a razão.

### **As escolas e sua influência social. O ensino oficial e o ensino racionalista**

*A Vida*. Ano I — N° 02.

Rio de Janeiro — RJ — 31.12.1914.

João Penteado.

As escolas, fontes alimentadoras das caudais de idéias que tão poderosamente influem no destino das sociedades humanas — devem, por certo, merecer a mais acurada, a mais cariciosa, a mais desvelada dedicação por parte dos reformadores sociais, dos que sonham um futuro diferente para a humanidade, — porque é nelas, justamente nelas, nos seus bancos e nos seus livros que se preparam as novas gerações, que fatalmente serão arrastadas para a felicidade ou para a desgraça, para o bem ou para o mal, para a liberdade ou para a escravidão, para a paz ou para a guerra, para a vida ou para a morte, segundo o critério em que elas se baseiam, segundo o espírito bom ou mau que as anima e o objetivo a que elas se destinam.

É nelas que reside o segredo da força mantenedora dos preconceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos.

Daí, pois, a razão porque o Estado e a Igreja disputam entre si a primazia no mister da instrução popular e têm as suas vistas constantemente voltadas para a questão do ensino procurando aumentar sempre e de maneira considerável as instituições destinadas à formação de mentalidades que melhor se adaptem à vida de degeneração e perversidade das sacristias e dos quartéis que à atmosfera sadia da liberdade e da felicidade resultantes da emancipação da consciência e do pensamento.

Isto quer dizer que ambos, em sua arguta previsão, já imaginaram que não poderia haver mais hoje igrejas, nem conventos, nem casernas se não fora o árduo e incessante trabalho de suas inumeráveis escolas. É nelas que se amoldam, é nelas que se mutilam as consciências, que se atrofia a razão e se infiltram na alma da infância as mentiras patrióticas e religiosas.

E por este motivo, só por este motivo, as escolas sempre mereceram e ainda merecem as mais fortes, as mais sérias preocupações da parte dos mais argutos e perspicazes chefes de nações e ministros religiosos, que se dão ao trabalho de monopolizar o ensino público para se precaverem contra o progresso das idéias novas que levam os trabalhadores à revolta, à luta, à guerra contra todas as explorações do homem pelo homem, contra todas as injustiças, contra todos os privilégios sociais.

Não houve nação no passado que não houvesse instituído escolas de acordo com a sua mentalidade, com as suas aspirações e seus sentimentos. Mas se elas correspondiam à forma, à maneira despótica de governo daquelas eras — as de hoje, todavia, com quanto nos gabemos de ser tão civilizados, não deixam de ter senão pequeníssima diferença.

As escolas oficiais do Estado são umas casernas em perspectivas. Nelas, em vez de se prepararem homens para uma sociedade humana, apenas se tem a preocupação de transformar as gerações nascentes em futuros gendarmes, formando-lhes uma mentalidade assassina e belicosa, propensa para o derramamento de sangue, para o saque, para o espingardeamento de seus semelhantes, para a obra de devastação das cidades, de vilas, de aldeias populosas das nações cujos chefes estejam em desacordo com os seus.

E querem uma prova?

A guerra européia aí está, com todos os seus horrores, para provar da maneira mais frisante, mais forte e mais inconcussa o que acabamos de afirmar.

Ela não é senão o fruto de um lento e premeditado trabalho elaborado nas escolas oficiais das nações conflagradas, que preparam surdamente os espíritos de seus concidadãos para a tremenda e vergonhosa luta que tem posto em jogo todas as forças destruidoras inventadas pela perversidade humana levando a dor, a miséria, o desconforto e a morte por toda a parte.

E esse prélio terrível, essa luta monstruosa, esses embates furiosos, bárbaros, selvagens, em que se lançam os povos da velha e mais culta parte do mundo civilizado, tiveram começo, primeiramente nas escolas oficiais, por meio da infiltração do nefasto patriotismo, que inocula no espírito da juventude de uma nação ou de uma raça o sentimento de repulsa, de despeito e de ódio pelos indivíduos de outra raça. As escolas prepararam e as casernas, por seu turno, completaram a obra terrível, auxiliadas pela imprensa vendida ao serviço dos promotores das guerras internacionais, que são os chefes de Estado e os banqueiros.

Foi assim que se produziu a guerra européia e será assim que se reproduzirão outras tantas hecatombes futuras — se nós, os que trabalhamos pelo bem da humanidade, não opusermos à influência nefasta destas escolas de perversão e de morte a benéfica, a eficaz, a salutaríssima ação das nossas escolas racionalistas que excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infância de acordo com a razão e com a verdade das coisas que constituem o objetivo principal de nossa vida e a razão de nossos atos, já fazendo despertar-lhe todas as aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para a ciência e para as artes, já a encaminhando de modo humano e racional para a conquista de todas as felicidades, descortinando para suas vistas horizontes novos, fulgurantes, iluminados.

É este, pois, se bem que modestamente, o trabalho que temos iniciado em São Paulo e que precisa, decerto, da decidida boa vontade de todas as consciências livres, da cooperação de todos aqueles que sentem a verdadeira e urgente necessidade de se opor uma barreira a tanta degenerescência moral que se observa nos espíritos de nossos contemporâneos.

A sociedade degenerada, perdida, desorientada, debate-se num caos reclamando o trabalho de reforma iniciado com tanto sacrifício pelos apóstolos do bem, da verdade e da justiça, que deram o melhor de sua vida pela causa da redenção humana.

Não esmoreçamos, pois, na luta!

Marchemos para frente!

A causa da reforma exige a nossa dedicação, o nosso esforço.

Mãos à obra!

As escolas racionalistas serão o meio, e a transformação social o fim, de nossos atos, de nossa dedicação, de nosso esforço de hoje e de amanhã e de sempre, em quanto pudermos articular uma palavra, mover um passo, fazer um gesto enunciador de força, de energia, de vida!

As escolas racionalistas, as escolas livres, as escolas despidas de todos os prejuízos políticos, sociais e religiosos — eis o recurso mais eficaz, mais poderoso, mais praticamente realizável para a consecução do ideal luminoso, radiante de amor, de bondade e de justiça, que tenta reabilitar a humanidade para a vida de harmonia e de fraternidade que se nos afigura perto, muito perto, na perspectiva feliz e iluminada da cidade Futura, em que seremos todos iguais, fortes e livres sobre a Terra livre.

Ai! então, não haverá mais mendigos nem potentados, porque o homem, emancipado, de posse de todos os seus direitos, saberá tirar da nossa mãe Natureza o pão da alegria e o pão da vida.

*S. Paulo, 15 de dezembro de 1914*

## **A instrução e o Estado**

*A Vida.* Ano I — N° 03.

Rio de Janeiro — RJ — 31.01.1915.

Éfren Lima.

Está evidente à simples apreciação, o quanto de nocividade resulta da dependência em que a instrução contemporânea vive para com o Estado. Altamente lastimável é este protetorado sobre uma instituição social

que necessita de uma liberdade própria, a mais plena e completa possível. O indivíduo socializado, não sendo como demonstram as leis do determinismo, mais que o resultado de três fatores preponderantes na gênese — hereditariedade, educação e meio, será na vida em comum tanto melhor ou pior quanto as influências criadoras atuarem para o bem ou para o mal.

O homem que por efeitos de hereditariedade, vem ao mundo com predisposições grosseiras, poderá modificá-las ou aniquilá-las, servindo-se do auxílio fornecido pelas deformações resultantes da convivência social, isto é, do — meio, ou dos conhecimentos metafísicos que lhe forem ministrados, isto é, da — instrução. De forma oposta, o ser predestinado que herda, dos seus ascendentes, inclinações as mais felizes, está determinado a desenvolvê-las, aumentando-as vantajosamente, ou a atrofiá-las, em prejuízo próprio e da sociedade. Então, verificada a segunda condição, uma substituição mais ou menos completa da inteligência pela brutalidade, de uma forma mais perfeita por outra mais retrógrada, dar-se-á fatalmente.

Deste raciocínio, evidencia-se a maior importância dos dois últimos fatores enunciados, ambos de ação modificativa, e dos quais incontestavelmente o primeiro reclama uma atenção mais delicada. O ser maléfico por origem submetido a uma orientação meticulosa, dirigido para o bem supremo, e vivendo num ambiente adiantado, onde as aspirações elevadas predominem, perderá quantitativamente o instinto para o mal.

A energia primordial adquirida por via biológica, poderá ser apaziguada ou extinta, por via de adaptações deformantes e posteriores. Portanto um esforço coletivo de todas as pessoas das várias nações das diversas raças terrestres, e tendente a tornar a educação dos

novos indivíduos a primeira preocupação da humanidade, colocando-a em nível superior e purificando zelosamente o meio social, deveria constituir o horizonte para o qual seriam dirigidos os valores máximos dos nossos trabalhos.

Agora que esboçamos os pontos principais do argumento, perguntamos, — haverá essa comunhão de vontades? A educação subministrada atualmente aos povos atingiu tal perfeição? É fácil constatar o contrário.

Em todas as nações em que foi a terra parcelada, é regra geral, que o Estado, o governo constituído, encarregue-se do ensino público, tanto em sua parte primária como na alta fração das academias e universidades.

É o Estado quem possui a faculdade de nomear professores, selecionando-os entre os candidatos que lhe parecem mais aptos para o mister de conservadores das tradições.

O povo custeia, e os governos administram. Compreendendo, com a sagacidade peculiar aos dilapidadores, a grande importância da instrução pública como arma para a tácita submissão das massas ao jugo autoritário, os governos de todos os países apressaram-se em fazer da sua distribuição uma espécie de exclusividade para os poderes diretores. Amordaçada, com os movimentos em parte tolhidos ou desviados, do alvo que visava, ela debate-se sob a monstruosa tutela do mais rancoroso inimigo.

As escolas públicas, primárias e superiores, fornecem uns programas instrutivos, cuidadosamente compilados pelos governos e consoante com os seus interesses econômicos, políticos, partidários, etc.

O jovem que entra para um curso, neófito nos preconceitos sociais, isento de concepções metafísicas an-

teriores, é imediatamente assediado por todas as abstrações hipócritas costumeiras. Ensinam-se-lhe crenças religiosas, amor pelas pátrias, respeito às autoridades, obediência às leis, proteção à propriedade privada, e milhares de monstruosidades análogas. E a desgraçada criança, convicta que adquire o conhecimento do bem e da sabedoria, vai lentamente assimilando o veneno degenerescente do erro. Ah! é realmente assim! e aí está a causa porque desprezamos todos esses professores de conhecimentos antiquados e uniformes, assalariados pelo Estado! Como são abomináveis e perversos! Também uma biblioteca fartíssima acha-se criada para uso dos estabelecimentos de educação pública e particular.

Milhares de autores precisos de numerário que lhes assegure o pão diário, escreveram estes livros. Visando em primeiro lugar o lucro, a recompensa abundante dos seus labores, estes escritores sem escrúpulos sacrificaram o porvir do estudante ao egoísmo pessoal. Elaboraram obras pueris, concordes com as tolerâncias do meio, que acham bom como é, e ao qual nunca ousariam tentar uma depuração. Esquivaram-se da apresentação de idéias novas e robustas com propensões a refundi-lo.

Temos lido dezenas destes volumes, e sempre o nosso espírito é obrigado a acompanhar a espiral infinita de conceitos maus, contrários à perfeição intérmina (sic) que almejamos. E todos repetem uníssonos o canto venenoso — amai vossa pátria, ela é melhor que todas as outras! Acatai as ordens sagradas da autoridade! Adorai vosso Deus! Nada de sublevações, obedecei, obedecei! Como são doentios, nocivos, todos esses livros que conhecemos para uso das escolas! Infiltram na mentalidade indecisa do estudante, idéias pequeninas, criações confusas e quando o jovem faz-se homem, percebe

as areias estéreis em que está imobilizado, e empreende sua libertação, esta é dolorosa.

A lei do hábito é mundial e os que são por ela dominados, só com lutas formidáveis conseguem fugir ao jugo. Um ser *habitado* é um ser *escravizado*. Libertar-se e habituar-se são duas ações incompatíveis, são duas leis igualmente poderosas, que se repelem, que se querem esmagar. O bovino estúpido que por anos consecutivos trabalhou sob o peso da carga, habitua-se, e quando a invalidez o liberta não pode mais suportar a ausência do suplício. Então se lhe apresentarem o pesado madeiro, ele inclinará servilmente o pescoço para receber o instrumento que lhe macera as carnes.

Também o homem habitua-se, e mais ainda que os outros similares do reino. Tenha-se em vista as desgraçadas vítimas dos vícios, — esses milhares que jogam, arruinam-se, bebem álcool, envenenam-se, e que não podem deixar de assim fazer. É um grande mal, e que poderemos evitar. Assim como o corpo físico modifica-se de instante pra instante, também o conjunto moral deverá modificar-se. O hábito, a imutabilidade, é a quietude, o aniquilamento, e opõe-se à transformação evolutiva, ao progresso.

Irmãos nossos, fugi, fugi do *hábito*, caminhai para a *liberdade*, para a *mutação*, para a *perfeição inacabável*. Jamais até hoje um segundo homem compreendeu melhor do que Ferrer, a necessidade de um ensino racional, novo e que se afastando do dogmatismo pedagógico presente, ministrasse uma educação realmente impecável, e que evoluísse a par com o desenvolvimento das ciências. Ao mártir excelso coube a glória de realizar este ideal tão puro, e aos homens filantrópicos cumpre o dever de amparar a obra iniciada, consolidá-la e multiplicá-la infinitamente.

## **A Escola, prelúdio da caserna**

A *Vida*. Ano I — N° 05.

Rio de Janeiro — RJ — 31.03.1915.

Adelino de Pinho.

A escola atual, confessional ou governamental, é a sistematização da violência. Exemplifiquemos tão audaz afirmativa.

A conflagração européia, essa tremenda guerra que tão desastrosas conseqüências acarretou ao desenvolvimento físico, moral e intelectual da humanidade, é um produto da escola primária.

Os estados modernos, compreendendo perfeitamente que com a decadência da religião e com o desenvolvimento comercial e industrial das sociedades era impossível manter na ignorância suína, dos tempos idos, as multidões, abriram escolas, as mais diversas que puderam, especialmente nas cidades onde os agrupamentos são maiores e onde as idéias se disseminam mais facilmente, porque há mais sociabilidade, para por esse meio lançarem mão dos cérebros infantis e modelá-los a seu bel-prazer, enchendo-os de fórmulas metafísicas e abarrotando-os de palavões estragados, como *pátria*, *fronteira*, *estrangeiro* e *inimigos*, acostumando os ternos infantes a desconfiar dos outros povos e a precaver-se contra eles, o que leva os do país estranho a fazer o mesmo e vice-versa.

Os professores primários transformaram-se numa espécie de instrutores de soldados e a escola surgiu como uma ante-sala do quartel.

A educação cívica e até os exercícios militares erigiram-se em dogma infalível, em bíblia e evangelho.

As novas gerações, saídas desses antros de desmoralização, que outra coisa poderiam dar a não ser bons soldados? À força de ouvirem falar de amor à pátria — dos ricos — de ver desfilar regimentos, de assistirem às paradas, de ouvirem e entoarem canções ferozes de *chauvinismo* e hinos triunfais de guerra, tomaram como fim e missão a atingir serem bons soldados, obedientes à disciplina e à voz de seus chefes, prontos a arremesarem-se contra os trabalhadores em greve ou contra os povos de outros países, desde que os interesses monetários dos ricos e capitalistas assim o exigissem.

E quanto isto é verdade está à vista de todos com as desgraças desenroladas desde agosto até agora na Bélgica, na Polônia, na França e também na Alemanha e Rússia e *tutti quanti*.

Foi há dois séculos que Leibnitz pronunciou aquela frase célebre e verdadeira: “Fazei-me senhor do ensino e eu me encarrego de transformar a face do mundo!” Todos os estados a ouviram e trataram de a aplicar à defesa dos próprios interesses. E como as primeiras impressões, que os cérebros infantis assimilam, deixam vestígios, impressões indeléveis para toda a vida, trataram de ir abrindo escolas e de preparar programas adequados, não às necessidades reais da mente infantil, mas necessários à conservação perpétua e indefinida dos governos, com os regimes de casta, explorando o povo, e defendidas por soldados, filhos do povo, mas obliteradas as suas idéias pela influência nefasta da escola.

Mas Estado nenhum compreende tão bem como a Alemanha a verdade lançada pelo seu filósofo. Nesse país notou-se tão evidentemente a significação profunda daquele aforismo e a influência decisiva da escola nos espíritos infantis, desviando as suas tenras inteli-

gências da natural tendência, que o movimento escolar foi enorme e quase o analfabetismo desapareceu. As conseqüências deste surto se ofereceram nesta emergência vendo-se a totalidade dos alemães educados como fiéis e leais súditos do Kaiser “a quem juraram obediência” porquanto aquele os chama “filhos da sua guarda” e diz-lhes cruamente que se “os mandar atirar sobre os próprios pais, eles terão que obedecer”, marcharem unidos à busca da morte.

E quem preparou estes espíritos a uma submissão tão passiva e incondicional? A escola oficial!... Era natural, pois, tantos desvelos pelos filhinhos dos pobres deveria levar água no bico!... (sic)

Mas temos mais. Não é só da Alemanha que temos que dizer. Lá está a democrática França, que em mais pequeno (sic) ponto não fica atrás à sua rival. Terra da revolução, da proclamação dos direitos do homem, derubou a realeza e a aristocracia; terra de socialismo, de sindicalismo, de anarquismo e de antimilitarismo, donde os revolucionários de todo o mundo esperavam que espirasse a fagulha que incendiaria a Revolução Social por todo o universo, o que fez? — Caminhou para a fronteira a deter o inimigo. Mas depois de se ter desembaraçado dos inimigos internos: burocratas de todas a espécie, juizes, merceeiros, especuladores, agiotas e capitalistas?

— Não, tudo isto ficou em paz. Nem com a ponta dum alfinete foram molestados. Pelo contrário, valem-se das circunstâncias atuais para se defenderem. E até muitos (quem o acreditaria?) desses chamados revolucionários sociais foram arrastados não só para a frente da batalha, mas, o que é pior, a fazer declarações um pouco intempestivas e em desacordo com as idéias antes

emitidas. Fizeram mal? Fizeram bem? *E chi lo sá?* (sic) O tempo o dirá.

Não nos iludamos. Todos esses, sob o verniz das idéias espalhadas durante o tempo de paz, ocultavam, como a cinza o fogo, as idéias bebidas com o leite materno e fortificadas, reforçadas e desenvolvidas, na escola primária por esses agentes governamentais — os professores — que são obrigados a cingir-se ao programa e a não ultrapassá-los, nem quase criticá-los. E os programas são forçados tendo em vista a estreiteza e o acanhamento das idéias. Porque idéias boas só as que os governantes defendem, para gáudio de seus estômagos e de seus prazeres. É certo que assim criam-se rebanhos, não se formam coletividades. Precisamente, rebanhos que se deixam tosquiar e que se dilaceram mutuamente a um sinal dos amos, assistindo estes como de palanques a brigas de touros, é o que desejam.

Concluamos: todo este carinho revelado pelos mandões a respeito da instrução do povo, não é sincero, nem honesto, nem desinteressado, mas somente uma manobra habilíssima para se apoderarem dos filhos dos trabalhadores e prepará-los, como já aconteceu aos pais, amoldando-lhes os cérebros e deprimindo-lhes o caráter, a serem obedientes, humildes, submissos e respeitadores do *status quo*, bons manequins, dentro da oficina, quando há necessidade de produção, e bons manequins, no campo de batalha, quando os *stocks* (sic) de mercadorias abundam nos armazéns e se faz mister conquistar mercados à força de pulso, a ferro e fogo, para dar saída aos produtos invendíveis.

De sorte que os trabalhadores não saem desta alternativa: serem carne de oficina e de canhão!... Mas não haverá meio de abandonar este agudo dilema?

Vejamos: demonstrado como fica a influência primacial que as primeiras impressões exercem no ulterior desenvolvimento individual e coletivo dos indivíduos e, por outro lado, observando-se o cuidado com que os governantes têm em se apoderar das escolas infantis para as transformar em instrumentos de embrutecimento e de domínio, já naturalmente todos notaram que é de máxima urgência e necessidade a abertura e manutenção de Escolas Racionais onde as mentes infantis desabrochem e se desenvolvam livres de toda a pressão e de toda a imposição. E se queremos, desejamos e aspiramos um mundo melhor onde todos gozem a alegria de viver, satisfeitos da vida e libertos da fome, da opressão e da ignorância bestial; se queremos edificar este belo monumento, “a escola, — a Escola Racional — é o PEDESTAL!”

S. Paulo, março de 1915

### Notas

<sup>1</sup> Em 1988 o Centro de Memória Sindical — CMS — junto do Arquivo Storico do Movimento Operário Brasileiro - ASMOB — de Milão, dando continuidade ao projeto de reedição de jornais e revistas produzidas pelos operários da primeira república brasileira, organizaram a reedição em fac-símile de *A Vida*. Regina Aída Crespo desenvolveu pesquisa de Mestrado na UNICAMP em que trata, dentre outros periódicos, de *A Vida*. Sua dissertação intitula-se *Crônicas e Outros Registros: flagrantes do pré-modernismo (1911-1918)*.

<sup>2</sup> Em relação à questão dos universais em Florentino de Carvalho ver Nascimento, op. cit. todo o capítulo cinco, sobretudo o primeiro item intitulado “Anarquismo sem Adjetivos”.

<sup>3</sup> Sobre a greve de 1917 ver Christina Roquete Lopreato. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

RESUMO

*Os cinco artigos apresentados são da autoria de anarquistas que viveram no Brasi, na passagem do século XIX para o XX Escritos nos preparativos da primeira guerra mundial, abordam o tema de formas diferenciada, articulando-o à religião, escola, governos e na crítica ao positivismo.*

ABSTRACT

*Os cinco artigos apresentados são da autoria de anarquistas que viveram no Brasi, na passagem do século XIX para o XX Escritos nos preparativos da primeira guerra mundial, abordam o tema de formas diferenciada, articulando-o à religião, escola, governos e na crítica ao positivismo.*